

Antônio Christofolletti
Armando Corrêa da Silva
Claudia E. Natenzon
Eli Alves Penha
Iná Elias de Castro
José M. Mateo Rodríguez
Lylían Coltrinari
Manuel Correia de Andrade
Maria Adélia A. de Souza
Nelson Akio Fujimoto
Perla B. Zusman
Pompeu Figueiredo de Carvalho
Ruy Moreira

Arlete Moyses Rodrigues
Claudio Antônio de Mauro
Edvânia Tôrres Aguiar Gomes
Gerardo M. de Jong
José Luiz Riani Costa
José Pereira de Queiroz Neto
Louis Guay
Marcelo Martinelli
Maria Angela Faggín P. Leite
Nilson Crocia de Barros
Pierre George
Renato Herz
Zilá Mesquita

Natureza e Sociedade de Hoje

O NOVO MAPA DO MUNDO

**NATUREZA E SOCIEDADE
DE HOJE: UMA LEITURA
GEOGRÁFICA**

organizadores:
MARIA ADÉLIA A. DE SOUZA
MILTON SANTOS
FRANCISCO CAPUANO SCARLATO
MONICA ARROYO

2.^a edição

187

ISBN 85.271.0239-0

capa: Fabiana Silva Díaz



HUCITEC-ANPUR

Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade

EDVÂNIA TÔRRES AGUIAR GOMES

“A história do esforço do homem para submeter a natureza é também a história da submissão do homem pelo homem: essa dupla história se reflete na evolução do conceito de eu.” Horkheimer

Os discursos ambientais atuais absorvidos e disseminados junto aos diversos segmentos da sociedade — independentemente de suas matrizes e seus propósitos — apontam para a necessidade de compreensão da interdependência e unicidade da relação *natureza e sociedade* como caminho (pista) imprescindível para a superação da problemática ambiental em suas diversas emergências¹.

Não obstante o reconhecimento da importância da evolução e do mérito do conteúdo aparentemente consensual desses discursos, não podemos nos furtar em identificar neles desafios e paradoxos a serem investigados. Um evidente paradoxo se revela quando comparamos esses discursos com as práticas efetivamente desenvolvidas em relação à natureza e seus elementos naturais, particularmente sob a perspectiva do conhecimento técnico e científico. Nessas práticas se observa o tratamento e *gestão dos elementos da natureza*, segundo compartimentos estanques e não articulados entre si, num nível de especialização crescente.

O quadro dessas práticas — com avanços restritos às disciplinas e especificidades dos segmentos da sociedade que as promovem — é decorrente da própria estruturação do conhecimento científico e suas especializações, em particular nas “ciências duras” e “brandas”, “exatas”, “naturais” ou “sociais” constituídas². Essas especializações “estanques”, ao mesmo tempo que permitiram e permitem avanços e facilidades para a civilização — com os métodos e princípios relativos a cada ciência —, representam no estágio atual um sério desafio a ser superado numa perspectiva de compreensão inter, multi e transdisciplinar da relação “natureza-sociedade”³.

Do contrário, permanecer-se-á forjando discursos ambientais aparentemente comuns, cujos reais conteúdos, em termos de práticas e entendimentos relativos à Natureza, são parciais, herméticos e até contraditórios em suas especificidades.

Outro desafio que instiga reflexões e aprofundamentos refere-se à idéia da *defesa e preservação da natureza e do meio ambiente*⁴ na civilização ocidental, com sua peculiar forma linear de trabalhar a *História*⁵, especialmente privilegiando a idéia de progresso como evolução, e reconhecendo a natureza e seus elementos naturais como recurso. Entre outras, essas características comprometem e condicionam antecipadamente qualquer análise da relação natureza-sociedade (indivíduo-indivíduo e indivíduo-meio)⁶.

Em meio a essas questões que não esgotam o universo das indagações que a temática suscita, emerge uma dúvida que desperta inquietação: em realidade há disposição para aproximar as práticas e os discursos, de forma, no mínimo, a contribuir para discernir os limites do factível na relação sociedade-natureza atual e futura? ou indo mais além, existiria a possibilidade de se identificar relações padrão sociedade-natureza, sem incorrer-se no erro de se desconsiderar concepções e culturas específicas, que a civilização ocidental em si e perante outras civilizações teima historicamente em não respeitar??

Essas preocupações assumem maior sentido e, portanto, demandam atitudes mais atentas e até um estado de alerta, na medida em que são acompanhadas de esforços de segmentos da sociedade no estabelecimento de convenções e acordos internacionais para preservação do meio ambiente, defesa da vida, conservação dos recursos naturais etc., evidenciando, mais que nunca, nesta perspectiva a importância da análise desses processos segundo as escalas consideradas, particularmente do ponto de vista da complexidade que o espaço e o tempo encerram: estágios de desenvolvimento, marcos históricos, diversidade cultural, entre outros aspectos.

Particularmente neste âmbito, o desdobramento das práticas envidadas sob a bandeira da defesa, preservação, conservação e/ou proteção do meio ambiente, através da adoção de mecanismos e instrumentos técnicos e legais de caráter universal — planos de manejo, zoneamentos agroecológicos, estudos de impactos ambientais etc. —, sequer tangencia a questão da relação sociedade-natureza na profundidade exigida, refletindo, a despeito de pequenos avanços e conquistas de iniciativa e movimentos sociais, *uma visão linear da História*⁸, associada à idéia da irreversibilidade da evolução e progresso da civilização segundo os padrões ocidentais⁹. Esses conjuntos de intervenções, cujas bases de operacionalização em sua maioria não guardam idealidades e tampouco se coadunam com realidades sociais, econômicas, políticas e culturais específicas.

A análise da condução desses processos, particularmente nas cidades de países subdesenvolvidos, aparenta muita semelhança com situações anteriormente vivenciadas através de *intervenções urbanísticas*, higienistas, humanianas etc. predominantes no século XIX e década de 70, quando os efeitos da incorporação de discursos e influências decorrentes de pensamentos externos, oriundos de outras realidades, se fizeram presentes sem a imprescindível avaliação crítica, findando por traduzirem-se em intervenção por vezes “*caricaturais*”, nos espaços das cidades, marcando ao longo da *história paisagens* que evoluíram em situações-problema.

Dessas reflexões se desperta a atenção para o leque de aspectos múltiplos que envolvem a questão sociedade-natureza e cujas tramas vêm a se configurar num desafio maior se trazida para o ambiente urbano e particularmente para a “*cidade*” com suas “*paisagens*”. “*Paisagens*” que retornam ao panorama atual das discussões sociais, reaparecendo como pista plausível na investigação das *relações sociedade-natureza*, particularmente para enfrentamento de situações-problema, com destaque nos países subdesenvolvidos.

“*Paisagens*” que significam recortes do espaço, reservatórios de *utopias*: estéticas, políticas, intelectuais e didáticas. E mais ainda: paisagem, enquanto conceito que envolve *oposição e nostalgia*, que se pronuncia no mundo urbano-industrial *contra* o mundo urbano-industrial, contra a sua “*fragmentação*” e “*alienação*”¹⁰.

Nesse sentido, o entendimento da importância da análise da *paisagem* como pista para aprofundamento da compreensão das relações sociedade-natureza se revela, na medida em que a *Paisagem* traz em seu conteúdo “*componente essencial da crítica da sociedade burguesa a si mesmo, uma parte da crítica moderna ao moderno*”¹¹, ao mesmo tempo que envolve a dimensão “*da experimentação vivida, augenhaft (‘significativa’) da totalidade concreta*”¹².

É dentro dessa perspectiva de análise e reflexão, em que o ponto de partida dos estudos e investigações se centraria nas “*paisagens*”, que consideramos ser possível uma contribuição notável por parte dos geógrafos em direção ao avançar dos debates acerca das relações sociedade-natureza no momento atual¹³.

Notas

¹ Fruto de diversas correntes de opiniões antigas e de conversões súbitas, o consenso ecológico envolve, na atualidade, grandes frações e setores da população: *políticos* que entendem de trabalhar o “verde”; *cientistas* que se dedicam a estudar e

pesquisar alternativas para a questão; *industriais* que vendem o “verde”; *consumidores* que começam a mudar hábitos e comportamentos em função da preocupação com a questão ecológica e ambiental; *habitantes* das cidades e do campo defendem, em movimentos, a qualidade de vida etc.

A sensibilidade ecológica, herdeira de diversas tradições e composta de correntes diversas, se encerra dentro de clientelas, programas e práticas extremamente variadas e forma uma verdadeira nebulosa sublinhada de características complexas, podendo servir como quadro ou referência àqueles que aspiram a uma transformação total de suas vidas, assim como referência àqueles que só almejam transformações para atividades pontuais; apresentando-se dessa forma como veículo para: novos modos de consumo; novas tecnologias, ditas apropriadas; recursos espirituais e/ou místicos (envolvendo dimensões messiânicas e apocalípticas inclusive); e expressão da vontade de manutenção da diversidade de meios naturais e culturais etc.

A procura urgente de novas relações entre as pessoas e o planeta pode também envolver milhões de meandros (desvios, subterfúgios, manipulações etc.), e essa variedade constitui um dos fundamentos da vitalidade atual da Ecologia. Compilação a partir de fragmentos do livro *L'Equivoque Ecologique*, de Pierre Bitoun et alii, Paris, Le Découvert: 1990, p. 3-4.

² “Todo neófito que entra na investigação vê que lhe impõem a maior renúncia ao conhecimento. Convencem-no de que a época dos Pic de Mirandole já passou há três séculos, que doravante é impossível constituir uma visão do homem e do mundo. Demonstram-lhe que o crescimento informacional e a heterogeneização do saber ultrapassam toda a possibilidade de engramação e de tratamento pelo cérebro humano. Garantem-lhe que não deve lamentar-se, mas felicitar-se com este fato. Deveria pois, consagrar a sua inteligência inteira a aumentar *este saber*. Integram-no numa equipe especializada e nesta expressão o termo forte é ‘especializada’ e não ‘equipe’. Doravante especialista, o investigador vê que lhe oferecem a posse exclusiva dum fragmento do *puzzle*, cuja visão global deve escapar a todos e a cada um. Eilo convertido num verdadeiro investigador científico que trabalha em função dessa idéia-motriz: o saber produz-se não para ser articulado e pensado, mas para ser capitalizado e utilizado de modo anônimo.” (Edgar Morin. *O método. A natureza da Natureza*. Lisboa, Publicação Europa-América: 1977, p. 16.)

³ “Como o homem, o mundo está dividido entre as ciências fragmentadas entre as disciplinas, pulverizado em informações. Hoje não podemos escapar à questão: a necessária decomposição analítica deve pagar-se com a decomposição dos seres e das coisas numa atomização generalizada? O necessário isolamento do objeto deve pagar-se com a disfunção e incomunicabilidade entre o que está separado? A especialização funcional deve pagar-se com um parcelamento absurdo? É necessário que o conhecimento se divida em mil saberes ignaros? Ora, que significa esta questão, senão que a ciência deve perder o respeito à ciência e que a ciência deve

interrogar a ciência? Mais um problema que, aparentemente, se acrescenta à enormidade dos problemas, que nos obriga a renunciar. Mas é precisamente este que nos impede a renunciar ao nosso problema.” (Edgar Morin. *O método. A natureza da Natureza*. Lisboa, Publicação Europa-América, 1977, p. 17.

⁴ “O reconhecimento da natureza como estranha pelos homens é de certa forma ‘recente’. Durante a maior parte da história foram pensados os processos naturais como intenções e capazes de serem influenciados à maneira dos homens pela oração e súplica, não através de um Deus antropomórfico, mas diretamente, sem mediação. Esta concepção da natureza vem sendo rejeitada nos últimos 2000 anos pelo mundo greco-cristão ocidental, pelo menos em sua ciência oficial, tecnologia e filosofia, com base na absoluta unicidade do homem, no fato de que a ele e apenas ele ‘Deus se dirigiu’ — nas palavras de Karl Barth — e pode, portanto, ser salvo ou condenado. Peter Lombard resumiu a visão cristã tradicional em suas ‘sentenças’: ‘Da mesma forma que o homem é feito a bem de Deus (*for the sake of*), isto é, para servi-lo, então o mundo é feito a bem do homem (*for the sake of*), para servi-lo’. Então, apesar de a natureza ser ‘estranha’, na medida em que não é racional, para os ortodoxos, ela não é nem hostil nem indiferente, a despeito das aparências em contrário. Todos os processos naturais existem como uma ajuda material e até espiritual ao homem (...) A visão de que todas as coisas existem para servir ao homem encorajou o desenvolvimento de um modo particular de ver a natureza, não como algo a ser respeitado, mas sim como algo a ser utilizado. Essa forma de enxergar o mundo e as coisas teve seus segmentos ampliados através de alguns intelectuais cristãos: Orígenes, S. Tomás de Aquino, Agostinho e outros. O pensamento cristão lançou bases com relação à questão da relação homem-natureza de forma bastante marcante, vislumbrando-se na filosofia ocidental elementos bastante significativos: a idéia da isenção moral das atitudes possam influenciar danos ao homem (o seu outro principalmente), a idéia de manipulação legítima a exploração da natureza e seus elementos naturais, na medida em que estes são maleáveis à ação do homem e o mundo está e foi previsto para atender às suas necessidades.”

Compilação a partir de fragmentos traduzidos do capítulo: “Atitudes diante da natureza”, de John Passmore, in: PETERS, R. S. *Nature and Conduct*. London, Royal Institute of Philosophy Lectures, McMillan, 1975. vol. VIII, p. 1973-4.

⁵ Vide: “As teses sobre o conceito de História de W. Benjamin”, in: W. Benjamin. *Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1985, traduzidas por Paulo Sérgio Rouanet e cujas idéias podem ser aprofundadas e articuladas no contexto do pensamento benjaminiano, através da leitura de: W. Benjamin. *Gesammelte Schriften Band I, 3*. Frankfurt, Suhrkamp, 1980.

⁶ “A conexão *indivíduo-natureza* é mais complexa do que a que tem lugar entre *indivíduo-classe*: enquanto a primeira refere-se à contradição entre sujeito e objeto, que não é jamais solucionável de modo definitivo a não ser com a morte do indivíduo

(embora seja possível eliminar os aspectos reificados da objetivação), a segunda — mesmo emprestando formas e conteúdos que lhes são próprios à contradição primária — é superável mediante a supressão do antagonismo entre classe e capital (ou, segundo a metafísica, através da negação da realidade da morte). Ou seja, quando a humanidade não mais for dividida em classes, a relação entre indivíduo e natureza será profundamente *redefinida*, mas não certamente *superada*. É justa a utopia de Schmidt: ‘A sociedade justa seria um processo no qual os homens não coincidem simplesmente com a natureza nem são radicalmente separados dela’.” (*Dialética do indivíduo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 20-21, e citação de Schmidt, A. *Il Concetto di Natura in Marx*. Bari, Laterza, 1969, p. 76.)

⁷ Ilustrando esta consideração, cabe transcrever o conteúdo de parte da carta do chefe índio Seattle, “O que fere a terra, fere também os filhos da terra”, encaminhada ao presidente Ulysses Grant, dos Estados Unidos, que pretendia comprar as terras de sua tribo em 1855: “O homem não tece a teia da vida; é antes um de seus fios. O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio. Mes-mo o homem branco, a quem Deus acompanha, e com quem conversa como amigo, não pode fugir a esse destino comum. Talvez, apesar de tudo, sejamos todos irmãos. Nós o veremos. De uma coisa sabemos — e talvez o homem branco venha a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Podeis pensar hoje que somente vós o possuís, como desejais possuir a terra, mas não podeis. Ele é o Deus do homem e sua compaixão é igual tanto para o homem branco quanto para o homem vermelho. Esta terra é querida d’Ele, e ofender a terra é insultar o seu Criador. Os brancos também passarão; talvez mais cedo do que todas as outras tribos. Contaminai a vossa cama e vos sufocareis numa noite no meio de vossos próprios excrementos. Mas no vosso parecer, brilhareis alto, iluminados pela força do Deus que vos trouxe a esta terra e por algum favor especial vos outorgou o domínio sobre ela e sobre o homem vermelho. Este destino é um mistério para nós, pois não compreendemos como será no dia em que o último búfalo for dizimado, os cavalos selvagens domesticados, os secretos recantos das florestas invadidos pelo odor do suor de muitos homens e a visão das brilhantes colinas bloqueadas por fios falantes. Onde está o matagal? Desapareceu. Onde está a Águia? Desapareceu. O fim do viver e o início do sobreviver”. (Pinsky, Jaime et al. *História da América através de textos*. São Paulo, Contexto, 1989, p. 37-41.

⁸ Para reflexão sobre a questão sob a perspectiva da história, sugestão de leitura de Konder, L. *Walter Benjamin — O marxismo da melancolia*, Campus, 1989, p. 25.

⁹ Dessa reflexão emerge a hipótese de estarmos caminhando para a afirmação de mudança do domínio de ambientes — onde os elementos do mundo natural selecionados e delimitados espacialmente (em zonas, linhas, regiões etc.) constituiriam o ambiente dominado, passando tudo o que assim não fosse reconhecido como o ambiente dominante, onde tudo seria possível em nome do progresso e da evolução.

¹⁰ Compilação de tradução fragmentada do texto: “Landschaft”, de Gerhard Hard,

in Von Lothar Jander et al. *Metzler Handbuch für den Geographieunterricht Herausg.* Deutschland, Stuttgart, 1982.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Objeto de pesquisa no doutorado em curso na USP (Departamento de Geografia) sob orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften — Band I, 3.* Frankfurt, An Main Suhrkamp, 1980.

———. *Obras escolhidas.* São Paulo, Brasiliense, 1985 (Trad. de P. Sérgio Rouanet).

BITOUN, Pierre et ali. *L'Equivoque Ecologique.* Paris, Le Decouvèrt, 1990. p. 3-4.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética do indivíduo.* São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 20-1.

HARD, Gerhard. *Metzler Handbuch für den Geographieunterricht Herausg.* Von Lothar Jander et al — Deutschland, Stuttgart, 1982.

KONDER, L. *Walter Benjamin — O marxismo da melancolia.* Campus, 1989, p. 25.

MORIN, Edgar. *O método. A natureza da Natureza.* Lisboa, Publicação Europa-América, 1977, p. 16-7.

PETERS, R. S. *Nature and Conduct.* London, Royal Institute of Philosophy Lectures. McMillan, 1975. Vol. VIII, p. 1973-4.

PINSKY, Jaime et al. *História da América através de textos.* São Paulo, Contexto, 1989. p. 37-41.

SCHMIDT, A. *Il Concetto di Natura in Marx.* Bari, Laterza, 1969. p. 76.

Aspectos da proteção ambiental no Canadá: atores, políticas, instituições

LOUIS GUAY

Por cerca de trinta anos, a consciência ecológica nos países desenvolvidos vem constituindo um fator novo na política, nos movimentos e valores sociais. As preocupações com as condições ambientais surgiram em decorrência de eventos literários e científicos, bem como históricos, os quais lançaram uma série de advertências aos povos dos países desenvolvidos. Logo se tornou patente que os problemas ambientais não se circunscreviam às áreas mais desenvolvidas do globo. O planeta inteiro estava sob pressão. Pressão ocasionada pela gigantesca exploração dos recursos naturais, pressão proveniente do inadequado tratamento dos detritos, pressão que, em algumas regiões, parece estar associada ao rápido crescimento de populações que habitam ambientes locais incapazes de sustentá-las indefinidamente. Houve, pois, conforme alguns geógrafos a chamaram, uma *grande transformação* desde o advento de nossa civilização industrial e urbana, há mais de dois séculos¹.

Sem dúvida, no passado a degradação do ambiente local gerou sérios problemas sociais e políticos. Aventou-se a teoria de que o colapso da civilização maia deveu-se a um aumento populacional e da demanda de recursos num ambiente tropical e frágil que não podia mais satisfazê-la². Todavia os problemas ambientais do passado, ainda que sérios, eram quase sempre localizados. Hoje, porém, já não são localizados, mas globais, embora se questione até que ponto alguns deles ameaçam nossa própria existência na Terra.

O Canadá é um país extenso, dotado de muitos recursos e, em parte devido ao clima difícil, escassamente povoado. A abundância de seus recursos, pelo menos até agora, e a vastidão de seu território alimentaram certo tipo de comportamento e atitudes que, a longo prazo, prejudicaram a boa proteção do ambiente. O Canadá descobriu ao mesmo tempo, como outros países